

IMPLICAÇÕES DO PROCESSO AVALIATIVO: INSTRUMENTOS, BENEFÍCIOS E CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO EDUCANDO

Maria Amélia da Silva Costa¹
Paula Santos Candeia Barbosa²

RESUMO

A escola e todos os profissionais da educação, bem como os alunos e a família destes precisam repensar a prática da avaliação como forma de promover a autonomia e a cidadania dos que dela necessitam e não ficar subjugados a modelos predefinidos como se fossem a fórmula fundamental para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. O objetivo geral desta pesquisa foi refletir o processo avaliativo seus instrumentos, benefícios e /ou consequências na formação do educando. Como objetivos específicos: reconhecer o processo de avaliação como instrumento mediador de competências e habilidades para uma aprendizagem significativa e uma escola de qualidade; identificar as possíveis consequências do modelo avaliativo tendo como foco a construção do saber coletivo e construtivo; apontar caminhos avaliativos junto aos professores e alunos sobre a prática avaliativa que consideram ideal/eficaz dentro das possibilidades de sua realidade educacional. Trata-se de uma pesquisa numa abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória. Bem como uma pesquisa de campo, descritiva e bibliográfica. Apresentando dados de um questionário aplicado com 9 docentes e outros questionário com foco nas respostas de 10 alunos dos anos finais do ensino fundamental. No cotidiano escolar, o que usualmente denomina-se de avaliação está voltado predominantemente para provas e exames. Embora seja muito criticada, essa prática é preponderante e denuncia um conceito ainda aprisionado à ideia de verificação, quando na verdade deveria ser um ato dinâmico, processual e compartilhado.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino-aprendizagem. Desafios.

INTRODUÇÃO

Pautando-se na abordagem de alguns aspectos fundamentais sobre a Avaliação atual como um desafio docente. Na era da tecnologia, da informação e dos avanços científicos em que vivem os homens e mulheres na contemporaneidade, a educação surge com exigências significativas em termos de qualidade na aprendizagem. Nessa perspectiva, a avaliação emerge como um dos temas mais debatidos dos últimos tempos.

Mestre em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Pedagoga pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Graduada em Letras-Língua Portuguesa pelo IFPB, amelinha4@hotmail.com.

Mestranda em Ciências da Educação – Absoulute University. Especialista pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Pedagoga pela UNIFIP-Centro Universitário, paulacandeia2008@gmail.com

Dessa forma, são naturalmente instigados alguns questionamentos como: Qual a significação da ação de avaliar? Em muitas realidades os índices de aprovação escolar aumentaram significativamente, mas ficam as questões: Os fins básicos de cada nível de ensino estão sendo atingidos? Se não estão, por que não? Quais as causas dos insucessos? Será responsabilidade do aluno? Do professor? Ou de ambos? Será que o sucesso escolar de um aluno está relacionado exclusivamente aos fatores relativos a ele e ao seu professor? Obviamente que não, pois são muitos os fatores, tanto dentro da escola como fora dela que interferem no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Muitos desses são inacessíveis aos educadores, mas se a instituição trabalhar para minimizar aqueles que dizem respeito a ela, com certeza a situação ficará mais favorável ao sucesso.

Outro problema é o significado conferido à avaliação. Se não houver clareza em relação a isso pode se instalar o medo e a insegurança, porque, ao se falar em avaliação, as pessoas vão rememorar sua concepção sobre a mesma. Isso não é preocupante apenas em relação aos avaliados, mas, sobretudo, quanto aos avaliadores, pois pessoas com opções teóricas distintas e com modos particulares de conduzir a prática avaliam de modo diferente.

A necessidade de confrontar a dinâmica da aprendizagem com um determinado modelo considerado universal restringe suas possibilidades de ação. Nisso, percebe-se que, mesmo os professores cientes de que devem observar cada aluno em sua própria dinâmica com a intenção de entender o movimento de aprendizagem de cada um com postura investigadora, muitas vezes, não o conseguem. Isso porque, em sua concepção, veem a avaliação como forma de buscar a auto qualificação.

Desse modo, essa inquietude nos instigou a perceber o quanto é necessário todos os educadores conhecerem o processo avaliativo para, assim, poderem intervir e buscar métodos capazes de melhorar a qualidade do ensino na escola, pois pesquisá-la é um desafio constante do educador/avaliador.

Este trabalho está composto pelas seguintes partes: Introdução, fundamentação teórica, resultados e discussão e por fim, as considerações finais com enfoque na nova proposta de avaliação, ressaltando como deve ser concebido o processo avaliativo na escola.

Na tentativa de levantar questões para a análise da prática pedagógica e avaliativa dos educadores, foi utilizada a leitura de aportes teóricos para uma maior compreensão da problemática de estudo. O trabalho compila alguns aportes teóricos que enfocam a temática

da avaliação, dentre eles: Jussara Hoffmman (2005), Celso Vasconcellos, (1998), Felipe Jansen da Silva, (2007) e Pedro Demo, (2008).

Para melhor elucidação da problemática, elencamos os seguintes objetivos. O objetivo geral foi refletir o processo avaliativo seus instrumentos, benefícios e /ou consequências na formação do educando. Como objetivos específicos: reconhecer o processo de avaliação como instrumento mediador de competências e habilidades para uma aprendizagem significativa e uma escola de qualidade; identificar as possíveis consequências do modelo avaliativo tendo como foco a construção do saber coletivo e construtivo; apontar caminhos avaliativos junto aos professores e alunos sobre a prática avaliativa que consideram ideal/eficaz dentro das possibilidades de sua realidade educacional.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa a metodologia aplicada contemplou um estudo exploratório que deu origem a uma pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto. A pesquisa bibliográfica forneceu suporte à fundamentação teórica, sustentada e baseada em autores relevantes, entre eles: Jussara Hoffmman (2005), Celso Vasconcellos, (1998), Silva, (2007), Demo, (2008) e outros que se fizeram necessários durante a pesquisa. Foram coletados os dados que forneceram os subsídios, os quais complementaram o estudo realizado.

Quanto a tipologia, se classifica numa abordagem de pesquisa qualitativa e exploratória. Bem como uma pesquisa de campo, descritiva e bibliográfica. De acordo com Mattar (1999), a pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema da pesquisa. Desse modo, é apropriada para os estágios iniciais da investigação quanto à familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno estudado por parte do pesquisador. Esse tipo de pesquisa é particularmente útil quando se pretende conhecer de maneira mais profunda o assunto. Também é proveitoso para se estabelecer melhor o problema de pesquisa através da elaboração de questões propostas e o desenvolvimento ou criação de hipóteses explicativas para os fatos e fenômenos a serem estudados.

A amostra foi composta por (09) nove docentes do Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e (10) dez alunos de uma escola municipal do município de Quixaba-PB. Para coletar os dados da escola pesquisada, num primeiro momento, nos apropriamos da Pesquisa Documental no Projeto Político Pedagógico da escola nas normas de funcionamento da

mesma, acerca da problemática investigada. E, num segundo momento, aplicou-se questionário fechado e aberto aos docentes e a uma amostra de discentes. O processo de análise dos dados se deu a luz das discussões teóricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos tempos, as questões que envolvem a avaliação no contexto escolar converteram-se em uma das questões mais debatidas e refletidas do sistema educacional. Isso se explica por diversas razões: pela forma tradicional com a escola encara a avaliação, pelas dificuldades que atingem a prática avaliativa no cotidiano docente. Enfim, pela própria tarefa de educar que suscita muitas dúvidas e contradições. Conforme assegura Vasconcellos (2003, p. 196):

Assumir as contradições [...] não é tarefa fácil. Sabe-se que muitos fatores contribuem para o entrave da avaliação no contexto escolar, e sendo esta uma responsabilidade coletiva (professores, alunos, dirigentes, conselhos de classe, etc.) requer um tratamento diferenciado para que sejam viabilizadas as mudanças tão idealizadas e tão urgentes nesse espaço que é sagrado para a formação do indivíduo.

A avaliação fomenta várias discussões e nessa perspectiva é conveniente ressaltar o anseio de transformação surgido desde muito tempo. A instituição escolar vem sendo intensamente discutida, criticada e exigida a cumprir o papel sociopedagógico que ultrapasse a questão simplesmente quantitativa, traduzida como acesso à educação. Segundo Vasconcellos (2003, p. 189): “[...] a tarefa democrática essencial não é criar vagas magicamente [...] mas garantir as condições adequadas para receber, manter e desenvolver o mais plenamente possível esta criança na escola. Este é um compromisso absolutamente inadiável”.

O foco dos debates no tocante à avaliação gira em torno da qualidade que o sistema educacional precisa oferecer à comunidade, para esta poder se inserir de modo ativo, consciente e competente nesse mundo paradoxal.

A necessidade de novas maneiras de sistematizar a prática educativa surge como requisito indispensável e torna-se elemento de debates. É urgente a discussão que diz respeito à avaliação do ensino e das aprendizagens, porque esta permeia o âmago das contradições do sistema educativo e esse é um terreno que carece de ousadia para a criação de novos indicadores, capazes de revolucionar essa prática milenar.

Dessa forma, são imprescindíveis questionamentos, do tipo: O que é avaliar? Por que avaliar? Como avaliar? Para Vasconcellos (1998, p. 44): "avaliação é um processo de

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

captação das necessidades, a partir do confronto entre a situação atual e a situação desejada, visando uma intervenção na realidade, para favorecer a aproximação entre ambas".

Segundo Hoffmann (1996, p, 22): "a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo (como hoje é concebida) para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento".

O conceito atual de avaliação mais comumente utilizado nas escolas concerne na adequação da aprendizagem à necessidade dos alunos. Ela deve ser pautada numa perspectiva processual, participativa e investigativa. A avaliação faz parte do ato educativo, do processo de aprendizagem. Assim sendo, a redefinição da prática avaliativa escolar deve ser realizada mediante o compromisso com a democratização do ato pedagógico, sendo este um ato desenvolvido de forma contínua e participativa.

Hoffmann (1996, p. 18), traz à discussão uma conceituação bastante pertinente para avaliação e acrescenta: "a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona as novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, acompanhando passo a passo, o educando, na sua trajetória de construção do conhecimento".

Há uma progressiva transformação de conceitos segundo a visão de cada teórico. Isso evidentemente com a necessidade de aperfeiçoamento tão peculiar à educação que remete ao fato de que a avaliação tem funções claras e imprescindíveis.

As questões que envolvem o processo de avaliação escolar são significativamente abrangentes. Existe sempre algo a ser observado, como: a seriedade ou a negligência, a arbitrariedade, a incoerência, a falta de transparência dos procedimentos ou dos critérios da avaliação e, por fim, as funções da avaliação.

A discussão acerca da avaliação do ensino e da aprendizagem se intensifica progressivamente e se insere no debate mais amplo da crise dos paradigmas educacionais. Centrada no ensino, a escola apenas se responsabiliza por ensinar de forma linear e uniforme ficando à sorte dos alunos aprenderem.

Libâneo (1999, p. 23-24), enfoca essa prática escolar já bastante ultrapassada quando trata o papel da escola sob a ótica da tendência liberal tradicional em tendências pedagógicas na prática escolar: "a atuação da escola consiste na preparação intelectual e moral do aluno [...]. O caminho em direção ao saber é o mesmo para todos os alunos, desde que se esforcem. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades".

É notório que essa concepção da função escolar evoluiu com o passar dos tempos. É evidente que o paradigma de educação estática vem sendo superado pelo paradigma da

aprendizagem significativa. Esse modelo tem como foco principal a forma como o educando assimila o conhecimento. Como ele associa os conteúdos ao seu conhecimento prévio.

Devem-se verificar, a princípio, as funções da educação que são fundamentalmente integrativas e diferenciadas para posteriormente abordar as funções da avaliação, haja vista a ligação íntima entre elas. As funções da avaliação têm objetivos similares aos da educação, porque se configuram como instrumentos investigativos que viabilizam o processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução dos conhecimentos de todos os compartimentos da relação pedagógica.

Nesse enfoque Silva (2008, p. 1), argumenta que:

Hoje predomina formas de avaliação que podem ser consideradas como um instrumento de exclusão. Há uma cultura de mensuração que classifica e exclui o aluno, seleciona os melhores. O professor começa a excluir já no modo de organizar seu trabalho – ele se baseia em um tipo de ensino, para o qual acredita que há um tipo de aprendizagem, e a avaliação consiste em verificar se o aluno se aproximou daquele padrão de aprendizagem. Quem não consegue se aproximar desse modelo é classificado e excluído do processo. Enfim, é uma visão classificatória, punitiva e coercitiva, sendo um instrumento de controle da conduta comportamental e cognitiva do aluno, para que ele se aproxime do modelo-padrão. É preciso criar uma cultura que de fato avalie.

Desse modo, é cabível dar maior atenção ao processo do que ao produto resultante da relação ensino-aprendizagem. Por outro lado, compete ao professor valorar as possibilidades e potencialidades do educando do que se voltar para suas limitações. Desafiar o aluno e potencializar descobertas é fator decisivo para o processo avaliativo e o estabelecimento de uma autoavaliação tanto do aluno quanto do professor, além de propiciar uma oportunidade ímpar de elementos necessários à reflexão sobre a prática pedagógica docente e a construção do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Sabe-se que historicamente a postura do professor em relação à avaliação tem sido cunhada pela ameaça e pela angústia da aprendizagem, sempre finalizadas com as tradicionais provas periódicas para a aquisição da nota. Conforme Vasconcellos (1999, p. 41): "a necessidade do professor de usar nota como arma para poder 'organizar' a sala de aula, condicionamento histórico dos alunos em função da nota; são tentativas equivocadas [...] que acabaram levando 'a empurração' dos alunos para as séries seguintes".

A afirmação de Vasconcellos reforça a constatação de uma realidade que salta aos olhos. Que realidade seria essa? Que o sistema de ensino está extremamente comprometido com a prática de classificação dos alunos, em aprovados e reprovados. Então, os alunos estão sempre nessa expectativa de serem aprovados ou reprovados; o que indica que o exercício da docência é atravessado muito mais pela pedagogia das provas e conceitos, do que pela

pedagogia do ensino-aprendizagem.

O próprio Vasconcellos (2003, p. 86) diz: "o professor verifica que o aluno não está aprendendo, faz algumas tentativas. Se constata que continua não aprendendo, conclui que é caso de reprovação". Existem vários fatores que contribuem para que a postura do professor tenha seguido esse rumo ao longo dos tempos: as concepções idealistas da sociedade burguesa no século XVIII, os ideais positivistas introduzidos por Augusto Comte à educação, a rígida tendência tecnicista implantada pelo regime militar nos anos 1960. Demo (2002, p. 50), apresenta uma reflexão preocupante, quando diz que:

O discurso frouxo sobre solidariedade geral e irrestrita é tática dos iguais, para acalmar os desiguais. Como regra, o descaso com respeito à avaliação coincide com o despreparo ainda maior diante dos desafios da vida [...] Se um dia pudéssemos inventar exclusão que não classifica, poderíamos também montar avaliação que não classifica”.

O referido autor mostra como a avaliação tem sido desvinculada da sua função primordial: facilitar o processo ensino-aprendizagem. E, como instrumento de exclusão, a prática avaliativa caracteriza o professor muitas vezes como o grande vilão no transcorrer da relação sujeito/aprendizagem vivenciada pelos alunos cotidianamente.

A despeito disso, Vasconcellos (1998, p. 53) traz à luz a seguinte afirmação: "não se trata de fazer do professor um vilão, nem uma vítima. Ele, como qualquer outro, é um sujeito contraditório, envolvido no processo de alienação que urge ser rompido, caso queiramos construir algo melhor na escola, na sociedade".

As discussões sobre novas posturas em relação à avaliação são muito antigas. Já nos anos 1970, se idealizava uma avaliação inclusiva, processual e significativa. Segundo Hoffmann (2003, p. 36): "[...] desde a década de 1970, os teóricos em avaliação criticam processos classificatórios, que visam à obtenção de resultados terminais, quantitativos, desprovidos do significado de acompanhamento do processo de aprendizagem do estudante".

As manifestações em relação à mudança de paradigma são óbvias, a discussão a respeito dessa temática é constante. Apesar da visível evolução, o conservadorismo ainda permeia a maneira de pensar e de agir de alguns de nossos educadores, causando um entrave na aprendizagem dos alunos. Hoffmann (2004, p. 66), diz que: "o professor, assim, anula o caráter de continuidade de sua própria ação educativa e impede ao aluno o progresso natural em termos do processo de conhecimento".

É necessário que o professor questione o aspecto burocrático da avaliação, o ritual de memorização de conteúdos. É preciso compreender que o aluno somente aprende quando

inserido em ambiente propício à construção de significados e atribuição de sentido aos conteúdos. De acordo com Vasconcellos (2003, p. 67):

É preciso coragem para subverter a ordem formal e burocrática que com frequência, toma conta das escolas, a fim de poder cuidar do aluno com dificuldades: parar a aula é algo aparentemente muito simples e desprezioso, mas que, na verdade, revela uma nova concepção do trabalho pedagógico e que pode entrar num saudável conflito com a existência.

O autor quer dizer que esse parar a aula, ressaltado como aparentemente desprezioso, é na verdade o acompanhamento das ações, quando o professor na sua tarefa investigativa percebe que o aluno não está integrando-se à dinamicidade da sala. Nesse momento, ele redefine sua ação para propiciar o engajamento daquele aluno ao grupo. Essa dinâmica tão pertinente às salas de aula, ao aprendizado, à avaliação, é comparada à própria dinâmica do ato de viver, pois a vida está permeada por constantes surpresas. Assim também é a relação aluno-professor-aprendizagem. Está sempre indo e voltando num movimento de evolução que às vezes precisa de reflexão, análise, pequenas paradas, para novamente retornar o curso da transformação.

Diante das discussões e dos debates entre os educadores sobre a avaliação, muitos são unânimes ao se posicionar a favor de uma avaliação processual, que viabiliza a aprendizagem integrativa em contraposição à prática da avaliação excludente. Conforme Vasconcellos (1999, p. 50): "[...] diante do questionamento sobre a função da avaliação, a maioria dos professores afirmam que não deseja a exclusão [...]. No entanto, ela está tão presente na escola brasileira".

Sabe-se, porém, que aos educadores é confiada a tarefa de fazer com que os alunos aprendam. Que estimulados em suas diversas manifestações saibam sonhar e cultivar valores e utilizá-los como suporte para sua vida nas diversas atuações. Se o educador ainda mantiver a postura do autoritarismo e da imposição, somente conseguirá atingir o fracasso do aluno na escola, dificilmente o êxito.

Vasconcellos (2003) coloca que a condição primeira do aluno é sua realidade. A princípio o professor não poderá mudá-la repentinamente, mas interagindo, conhecendo e trabalhando o aluno de maneira adequada possibilitará o crescimento constante mediante os desafios propostos.

Os dados e as informações sobre a avaliação escolar obtida na pesquisa realizada junto aos professores e alunos foram sistematizados e analisados. Apresentamos inicialmente os resultados do Questionário aplicado com os Professores através das seguintes tabelas. Conforme a exposição abaixo:

Tabela 1 – Instrumentos utilizados para avaliar o rendimento escolar dos alunos

INSTRUMENTOS	F	%
Prova	9	100%
Trabalho em grupo	7	75%
Trabalho de pesquisa	9	100%
Seminários	2	25%
Total	19	100%

Fonte: Questionário aplicado aos professores

Pode-se notar que 100% dos professores afirmaram utilizar como principal instrumento avaliativo a prova, seguido de trabalho de pesquisa e em grupo no processo avaliativo. Na maioria das vezes notamos que muitos professores utilizam a prova como único instrumento de avaliação, com base numa concepção arcaica de caráter sensitivo e classificatório que desconsidera a aprendizagem real dos alunos. Deixa-se de lado, assim, a noção de que não existe somente um único instrumento de avaliação capaz de detectar a totalidade do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Silva (2008), a avaliação tem que se revestir de diversos instrumentos para ser abrangente e eficaz, ele cita um exemplo: Para trabalhar a construção de texto, preciso ter ensinado o que é texto, como são suas estruturas, e ter orientado os alunos sobre elementos fundamentais: o conceito de parágrafo, de coerência, de coesão nas ideias, a função social de um texto. Para o autor quando for pedir para o aluno construir um texto, deve ter um instrumento para orientar na análise desse texto. “Pode ser uma ficha de checagem, individual ou coletiva”. Avaliar não é apenas constatar, mas, sobretudo analisar, interpretar, tomar decisões e reorganizar o ensino.

Há questionamentos entre a maior parte dos docentes quanto à validade e eficácia dos instrumentos avaliativos utilizados pelos professores. Se os instrumentos atuais são ineficazes para se conhecer o nível de aprendizagem dos aprendentes, como então aperfeiçoá-los ou mesmo substituí-los? Acreditamos que mudar e buscar novas metodologias de ensino e avaliação pode ser a melhor saída para tal problema. Méndez (2002, p.98) ratifica que:

Se tomamos a prática de avaliação como um processo, não é possível conceber e valorizar a adoção de um único instrumento avaliativo, priorizando uma só oportunidade em que o aluno revela sua aprendizagem. Oportunizar aos alunos diversas possibilidades de serem avaliados implica em assegurar a aprendizagem de uma maneira mais consistente e fidedigna. Implica também em encarar a avaliação, teórica e praticamente, como um verdadeiro processo.

Nessa perspectiva, percebe-se que os professores ainda veem a prova como principal instrumento avaliativo, mas felizmente embora de maneira tímida, também adotam outros

instrumentos. É importante dizer que a diversidade de instrumentos avaliativos pode fomentar o melhor processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

Tabela 2- Como considera a aprendizagem dos alunos?

Categorias	F	%
Boa	4	71%
Regular	5	-
Ruim	-	29%
Ótima	-	
Total	9	100%

Fonte: Questionário aplicado aos professores

Quando questionados sobre como avaliam a aprendizagem de seus alunos, 60% dos professores consideram “boa” e 40% consideram “regular”. Portanto, na média geral nenhum dos professores considerou como ruim ou ótima a aprendizagem dos alunos. Conforme Hoffmann (1998), o que se pode dizer é que todo educador precisa dar-se conta de que é seriamente comprometido com o juízo de valor emitido sobre o educando. Na avaliação educacional há que se levar em conta a relação entre avaliado e avaliador. Ao avaliar, o professor interpreta dados observados a partir de suas próprias posturas e concepções.

Cada avaliador se denuncia ao avaliar, pela releitura própria do que vê a partir de suas próprias concepções e sobre o seu saber em determinada área de conhecimento. Pela estreiteza ou amplitude do seu olhar o educador percebe-se no seu comprometimento com o ato de avaliar. Portanto, esse é o momento para o professor poder repensar sua prática educativa e contextualizar sua organização. Por isso, se os professores respondentes consideram a aprendizagem de seus alunos oscilante de “regular” a “boa”, é sinal de que algo precisa melhorar. Assim, quanto mais o professor conhecer as formas pelas quais seus alunos aprendem, melhor pode ser sua intervenção pedagógica.

Tabela 3- Define Critérios para avaliar os alunos?

Categorias	F	%
Sim	9	100%
Não	-	-
Total	9	100%

Fonte: Questionário aplicado aos professores

Todos os professores respondentes afirmam utilizar critérios para avaliar os alunos. Quando questionados sobre quais são esses critérios, 80% responderam que consideram como critério a aprendizagem, o interesse e a participação dos alunos, 20% responderam que tomam como critério os

objetivos propostos e o progresso do aluno. No entanto, tendo em vista os critérios citados pelos professores nessa questão, pode-se perceber que a maioria não tem clareza sobre o que venha a ser critério de avaliação.

Dessa forma, o ato de avaliar deve ser intencional e ter sua função social e pedagógica. Segundo Silva (2008), a avaliação da aprendizagem deve estar associada às intenções educacionais que devem ser suficientemente explícitas e claras para que possam ser utilizadas como critérios. O critério de avaliação deve ser um elemento norteador para diagnosticar o rendimento escolar, verificando quais alunos necessitam de acompanhamento pedagógico específico. Essas verificações precisam ser constantes e contínuas.

Tabela 4- Faz uso dos resultados da avaliação utilizada para redirecionar o trabalho pedagógico?

Categorias	F	%
Sim	9	100%
Não	-	-
Total	9	100%

Fonte: Questionário aplicado aos professores

Quando questionados se os resultados da avaliação dos alunos são utilizados para redirecionar o trabalho pedagógico, 100% dos professores afirmam que “sim”. Para Luckesi (2000, p. 8), “o ato de avaliar implica em dois processos articulados e indissociáveis: diagnosticar e decidir. Não é possível uma decisão sem um diagnóstico, e um diagnóstico, sem uma decisão é um processo abortado.”

Nesse sentido, a teoria pedagógica é quem norteia a prática educativa e o planejamento de ensino. Sem elas, a avaliação não tem sentido. Luckesi (2002) coloca que ensinar, aprender e avaliar não ocorrem em momentos isolados. A avaliação é efetivamente um meio imprescindível à aprendizagem, e todo procedimento avaliativo deve considerar a aprendizagem como ponto de partida. A avaliação é um processo em que temos de lançar olhares para trás, retificar e buscar novos caminhos e questionamentos para melhorar o desempenho.

Portanto, a avaliação da aprendizagem deve possibilitar e conduzir adiante uma ação planejada em busca de um resultado satisfatório e compatível com a teoria e a práxis pedagógica que estejam embasando o ambiente escolar.

Tabela 5- A Concepção de avaliação está coerente com o Projeto Político Pedagógico?

Categorias	F	%
Sim	9	100%
Não	-	-
Total	9	100%

Fonte: Questionário aplicado aos professores

A concepção de avaliação defendida pela escola, segundo 100% dos professores respondentes, está defendida no Projeto Político Pedagógico. O planejamento, o plano de ação e a avaliação são algumas das tarefas mais importantes na organização e execução do trabalho escolar para uma prática produtiva e eficaz. Ao início de cada ano letivo, a equipe técnico-administrativo-pedagógica e o corpo docente devem se reunir para discutir o que já foi realizado no ano anterior e os resultados alcançados para checar o que é preciso melhorar, isto é, o repensar da prática para consolidar e / ou delinear novas propostas.

Assim, todas as concepções discutidas e defendidas devem estar elencadas no Projeto Político Pedagógico da escola, para poder atender satisfatoriamente a sua comunidade escolar, desenvolver boas ações, alcançar objetivos propostos e, principalmente, para corresponder às finalidades educacionais. Nesse sentido, o PPP (Projeto Político Pedagógico) deve ser debatido coletivamente pela comunidade escolar para poder melhor se adequar à realidade da escola. Nessa segunda parte apresentamos as respostas e análises referentes ao questionário aplicado aos Alunos.

Tabela 6 – Instrumentos de avaliação mais utilizados pelos professores?

Categorias	F	%
Prova	20	100%
Trabalho em grupo	19	95%
Trabalho de pesquisa	01	5%
Seminários	-	
Total	20	100%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

Os professores utilizam com frequência as provas como instrumento de intimidação e punição prévia dos alunos, assegurando ser esse um elemento motivador da aprendizagem. Observa-se no cotidiano escolar que os professores, ao sentirem que o trabalho não está fluindo com o efeito desejado, proclamam aos seus alunos- “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova!”.

Outra situação percebida é quando os alunos estão indisciplinados. É comum o uso da expressão: “Fiquem quietos! Prestem atenção! O dia da prova vem aí e vocês verão o que vai acontecer!”. Ou, então, uma pressão psicológica no dia da prova: “Vocês irão saber!”. A cada dia o professor vai anunciando uma pequena ameaça. Por exemplo, em um dia diz: “A prova deste mês está uma maravilha!”. Passados alguns dias, expressa: “Estou elaborando questões bem difíceis para a prova de vocês”. “A prova já está elaborada, preparem-se!”. Essas expressões são claramente ditas por professores na sala de aula e também na sala dos professores, especialmente na escolaridade da educação básica. Elas demonstram o quanto o professor utiliza-se dos testes como um fator negativo de motivação. O aluno deverá se dedicar aos estudos não porque os conteúdos sejam importantes, significativos e prazerosos de serem aprendidos, mas porque estão ameaçados por uma prova. O medo os conduzirá ao estudo ou à frustração e ao conseqüente fracasso do alunado.

Infelizmente, não há a conscientização de que o conhecimento estudado na escola posteriormente servirá para a vida dos alunos. O que acontece normalmente é que a maioria deles estuda para a prova simplesmente com a intenção de passar de ano, ao invés de estudar para aprender e, futuramente, poder utilizar os conteúdos como aliados.

Segundo Luckesi (2002), o sistema de ensino está interessado nos percentuais de aprovação/reprovação do total dos educandos; os pais estão desejosos de que seus filhos avancem nos anos de escolaridade; os professores se utilizam permanentemente dos procedimentos de avaliação como elementos motivadores dos estudantes por meio da ameaça; os estudantes estão sempre na expectativa de virem a ser aprovados ou reprovados e, para isso, servem-se dos mais variados expedientes. O exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame do que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem, fator esse lamentável.

Tabela 7– Como avalia sua aprendizagem?

Categorias	F	%
Boa	11	55%
Regular	5	25%
Ruim	-	
Ótima	-	
Total	20	100%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

Nesse questionamento, 55% dos alunos avaliam sua aprendizagem como “boa”, 25% como “regular” e 20% como ótima. A alternativa “ruim” não foi mencionada. As respostas dos alunos validam as respostas anteriormente citadas pelos professores. A partir do instante em que os educandos se autoavaliam, conseqüentemente estão avaliando o ensino, as formas de ensinar e sua adequação às várias maneiras de aprender na sala de aula.

Cabe ressaltar que apenas 20% dos alunos indagados avaliam sua aprendizagem como sendo “ótima”. Esse fator remete a pensar que além da questão do ensino insuficiente do ambiente escolar, o processo ensino-aprendizagem deve ser analisado para ser percebido se está de acordo com as necessidades de cada aprendiz. Possibilita, também, avaliar se a metodologia comumente aplicada ao ensino está compatível ao que se espera de um ensinante.

Em determinadas situações, o ponto central da análise não deve ser a aprendizagem do aluno, mas, sim, o tipo de ensino que a escola ou o professor proporcionam. Existem casos em que o professor tem dificuldade em planejar instrumentos de ensino para aqueles alunos que não aprendem determinado conteúdo da forma que o currículo estipula. Por não considerar que nem todas as pessoas obrigatoriamente aprendem mais facilmente de uma forma, esse tipo de professor, na sua insistência em utilizar determinado método, acaba por criar no aluno uma aversão à sua disciplina pelo resto da vida escolar, o que inevitavelmente influenciará seu desempenho futuro.

A argumentação da falta de interesse do aluno com justificativa para o mau desempenho escolar precisa ser combatida de forma intensa, porque ela implica a própria renúncia da escola a uma de suas funções mais essenciais. As imprecisões a esse respeito geralmente acontecem da atitude errônea de considerar a “aula” como produto do trabalho

escolar. Nessa perspectiva, desde que o professor deu uma boa aula, a escola cumpriu sua função, quando sua obrigação é zelar pela aprendizagem do educando.

Tabela 8- Para que o professor avalia?

Categorias	F	%
Verificar o que o aluno aprendeu	15	75%
Aprovar ou reprovar	5	25%
Melhorar seu trabalho	-	
Ajudar o aluno (a)	-	

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

Em relação à finalidade da avaliação, 75 % dos alunos responderam que os professores avaliam para verificar o que o aluno aprendeu e 25% responderam que eles avaliam para no final do ano aprovar e reprovar. Como a finalidade dessas técnicas de avaliação em sala de aula é avaliar de que forma um grupo de alunos está aprendendo, as questões de mensuração padronizada não têm grande importância. Os professores podem apreender o que querem saber sem se preocupar com a comparação de suas verificações com as de outros grupos de estudantes, nem com outros semelhantes.

Naturalmente, como ocorrem com outros procedimentos avaliativos, as chances de que os professores aperfeiçoem suas avaliações escolares aumentam grandemente quando elas são bem pensadas, bem planejadas e quando têm oportunidade de discutir os processos avaliativos empregados e seus resultados com colegas professores e outros profissionais da educação. Por outro lado, como essa forma de avaliação tem um foco bastante restrito, os professores não podem usá-la para generalizar e, por meio dela, é difícil que se consiga avaliar o “quadro maior” ou o nível geral do aprendizado do aluno.

Conforme Silva (2008), ao professor deve ficar claro os aspectos mais importantes ao avaliar, não na direção apenas do tópico específico de que trata, mas de seu significado na formação da criança ou jovem, formação essa mais amplamente compreendida. É preciso ter presente também que, medir é diferente de avaliar. Ao medirmos algum fenômeno por intermédio de uma escala, de provas, de testes, de instrumentos calibrados ou por uma classificação ou categorização, apenas estamos levantando dados sobre a grandeza do fenômeno. Para termos uma avaliação é preciso que se construa o significado dessa grandeza em relação ao que está sendo analisado quando considerado como um todo, em suas relações

com outros fenômenos, suas características historicamente consideradas, o contexto de sua manifestação dentro dos objetivos e metas definidos para o processo em avaliação, considerando os valores sociais envolvidos.

Desse modo, uma avaliação é um julgamento de valor. No caso de nosso interesse, a avaliação em sala de aula é um julgamento para se saber até que ponto os alunos atingem objetivos valiosos em aprendizagens diversificadas em relação a certo conteúdo considerado necessário ao seu desenvolvimento pessoal; como o fazem e quais atitudes e valores revelam que sejam pertinentes ao seu domínio vivencial.

Não basta, pois, medir ou levantar dados por testes, provas clássicas ou questionários. Esses instrumentos dão base para se começar um processo avaliativo, mas não são suficientes. É preciso inferir, comparar, analisar consequências, examinar o contexto, estabelecer valores, aquilatar atitudes, formas de comunicação, fazer a autocrítica de valores pessoais, etc. e, para tanto, é necessário que se tenha algum suporte referencial em concepções educacionais, fundamentado em reflexões e consensos, trabalhado antes, durante e depois do processo avaliativo. Um trabalho integrado de professores e alunos.

Hoffmann (2003) colabora dizendo que ao avaliar seus alunos, os professores estão avaliando a si mesmos, embora a maioria não tenha consciência disto. Ensino e aprendizagem são indissociáveis e a avaliação é intrínseca a esse processo. A avaliação daqueles a quem se propôs ensinar algo também traz informações sobre como se procurou ensinar.

Portanto, o professor precisa perceber que o melhor indicador da concretização de uma atividade de ensino é o nível em que nela está, pela ação docente, se promove o crescimento geral dos alunos vislumbrando os aspectos cognitivos, afetivo, motor, atitudinal e valorativo.

Para Vasconcelos (2003), o papel da escola, a função real e oculta que lhe é determinada, é precisamente a de partir dos fracassos escolares dos desfavorecidos para que não renunciem a uma atitude de submissão. A avaliação contribui para reproduzir e perpetuar esse processo separando os aptos dos inaptos.

Contudo, ponderar um processo de avaliação de alunos sem que este se integre no planejamento e desenvolvimento das atividades de ensino do professor no contexto da escola provoca algumas avaliações que conhecemos superficialmente. Muitas vezes tecnicamente bem feitas, mas vazias de significado. Ou tecnicamente péssimas e ainda mais vazias de sentido para o processo ensino-aprendizagem.

Tabela 9 - A forma de avaliar na escola deve mudar?

Categorias	F	%
Sim	13	65%
Não	7	35%
Total	20	100%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

Quanto à forma de avaliar na escola 75% dos alunos apontaram que a forma de avaliar deve mudar, e 35% responderam que a forma de avaliar na escola não necessita de mudanças. O que se percebe é que a grande maioria não está satisfeita com as formas avaliativas adotadas na escola, o que é um alerta.

Segundo Vasconcelos (2003), o professor deve se preocupar menos com notas e médias e preocupar-se mais com aprendizagens significativas para o aluno e deve participar de seu processo de avaliação, a saber: analisar com os alunos os resultados da avaliação, colher sugestões; discutir o processo de avaliação em nível de representantes de classe; fazer conselho de classe com a participação dos alunos (a classe toda com todos os professores). O autor destaca a importância de se trabalhar o erro: o professor tem dificuldade em trabalhar com os erros dos alunos porque não sabe trabalhar nem com os seus próprios erros; é preciso valorizar o raciocínio do aluno e não somente a resposta “certa”.

Contudo, tendo o educador o compromisso com os alunos, o ensino de qualidade, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do educador no sentido de garantir a aprendizagem. Portanto, deve ser uma busca constante de toda a comunidade escolar.

Tabela 10- A avaliação é realizada de acordo com o ensino?

Categorias	F	%
Sim	4	20%
Não	-	-
Talvez	16	80%
Total	20	100%

Fonte: Questionário aplicado aos alunos

Questionados se a avaliação é realizada de acordo com o ensino ofertado em sala de aula, 20% dos alunos responderam que “sim”, mas a grande maioria 80% dos alunos discorda que esta avaliação oferecida esteja coerente com o ensino ao qual tiveram acesso na sala de aula.

No entanto, deve-se salientar que os alunos os quais responderam “sim”, justificam que “os professores trabalham o assunto da prova para fazer com que os alunos mostrem o seu nível de aprendizagem”. E muitos deles acrescentam: “Eles cobram o que ensinam, pois, ao contrário, ninguém saberia o que estudar e como fazer a prova”.

Em contrapartida, os alunos que responderam que somente “às vezes” são cobrados de acordo com o ensino oportunizado, dizem dever-se ao fato de que “os professores ensinam de menos e cobram demais”; “outros nem ao menos ensinam, e cobram”, “alguns não cobram nada do que ensinam”. Todas essas justificativas são atribuídas à indisciplina da turma, portanto, não à conduta exclusiva dos professores.

Os profissionais da escola não devem utilizar a avaliação apenas como instrumento de classificação. Na visão de Vasconcellos (2002, p. 57), ela tem que servir para uma “[...] tomada de decisão quanto às providências a tomar rumo ao objetivo principal do processo ensino-aprendizagem que é o crescimento e a aprendizagem do aluno”.

Para Luckesi (2002, p. 66), a atual prática da avaliação escolar “[...] tem estado contra a democratização do ensino, na medida em que não tem colaborado para a permanência do aluno na escola e a sua promoção qualitativa”. Desse modo:

A avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar uma qualificação da aprendizagem do educando. Observar bem que estamos falando de qualificação do educando e não de classificação. O modo de utilização classificatória da avaliação, é um lúdimo modo de fazer da avaliação do aluno um instrumento de ação contra a democratização do ensino, na medida em que ela não serve para auxiliar o avanço e crescimento do educando, mas sim para assegurar a sua estagnação, em termos de apropriação dos conhecimentos e habilidades mínimos necessários. (LUCKESI, 2002, p.81)

Destarte, compreender o nível de aprendizagem no qual o aluno se encontra e detectar as causas de suas dificuldades, para em seguida tomar decisões a fim de fazê-lo avançar no seu processo de ensino aprendizagem é papel crucial da avaliação para assegurar a efetividade prevista no inciso II do artigo 13 da LDB, que determina que cada docente deva elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. O plano de trabalho docente é uma das atividades mais produtivas e interessantes dos profissionais de ensino. A partir do plano de trabalho, o docente pode assinalar, no período

letivo, suas metas curriculares e educacionais. Por isso, é a oportunidade de o docente propor e perseguir metas como o fim da evasão escolar e melhorar a qualidade do seu serviço educacional através de uma didática eficiente e eficaz, que tenha por principal finalidade o desenvolvimento da capacidade de aprender e de aprendizagem dos alunos.

Além disso, outra incumbência para a garantia do ensino de qualidade, prevista no inciso III do artigo 13 da LDB, é que cabe ao docente zelar pela aprendizagem dos alunos. Aqui, com certeza, reforça, no processo ensino-aprendizagem, a aprendizagem como princípio do bom fazer pedagógico. O elemento ensino, centralizado no professor refere-se à organização do material curricular a ser transmitido em sala de aula em prol da aprendizagem que, aqui, passa a ser entendida como a assimilação de conhecimentos e saberes historicamente acumulados pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa aponta que a discussão acerca da avaliação segue a linha de que esta deve conceber-se como instrumento de coleta de informações sistematizadas e interpretadas para, depois de realizados esses procedimentos, tornar-se possível a tomada de decisão sobre o processo ensino-aprendizagem. Sob essa perspectiva, avaliar significa um momento capaz de revelar que o aluno já sabe os caminhos a percorrer para alcançar o conhecimento e a possibilidade de aquisição de novas aprendizagens.

Os resultados apontam que aprendizagem ganha mais sentido se estiver ligada à realidade do educando e isso é fator preponderante no processo ensino-aprendizagem. A forma de avaliar essa aprendizagem também deverá ter sentido. Por isso, se faz mister observar as funções da avaliação que tem permeado todo o histórico da prática escolar, pois a avaliação precisa estar conectada ao dinamismo da construção do conhecimento.

A pesquisa apontou a necessidade de uma nova postura do educador em relação à progressão do conhecimento e, conseqüentemente, em relação à avaliação é urgente. Urgente e inevitável. Isso porque os pesos e as medidas na aquisição do conhecimento e no processo em que esta se insere não seguem mais o mero depósito de informações. Os alunos são sujeitos ativos. Os questionamentos são bastante recorrentes. A avaliação não pode ser mais o fim de tudo, ou seja, ao final do período se atribui uma nota a uma prova ou exame e ponto final. A avaliação é parte indissociável do processo ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 25 Fev 2019.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. - 9ª Ed.- Campinas, SP, 2008

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

HAYDT, Regina Cazux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2004.

HADJI, Charles. **A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerck. **Avaliação, mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 19 ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

_____. **Pontos e contra pontos: do pensar ao agir em avaliação**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 22 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

_____. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 16 ed. São Paulo, Loyola, 1999.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜDKE, M. **A avaliação nos novos contextos e paradigmas educacionais**. Pátio Ed. Artmed, Ano XIII n° 50 Maio/Julho, 2009.

PERRENOUD, Phillipe. **O papel da avaliação**. Pátio Ed. Artmed, Ano XIII n° 50 Maio/Julho, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Superação da Lógica Classificatória e excludente da avaliação: do é proibido reprovar ao é preciso garantir a aprendizagem**. 2ª ed. São Paulo: Libertad, 1998.

_____. **Avaliação: Concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar**. 10 ed. São Paulo: Libertad, 1998.

_____. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 8ª ed. São Paulo: Libertad, 1999.

_____. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças por uma práxis transformadora**. 6 ed. São Paulo: Libertad, 2003.